



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**A INSERÇÃO DA MULHER NA ESFERA PÚBLICA BURGUESA: DA  
IDENTIDADE COLETIVA À CLASSIFICAÇÃO COMO GÊNERO  
FEMININO NA CULTURA LITERÁRIA INGLESA DOS SÉCULOS 17 E  
18**

Cíntia Medina de Souza\*

A categorização da mulher como gênero feminino foi um fenômeno notável no processo de consolidação da sociedade moderna inglesa no século 18. A constatação desse fato se dá por meio da regulamentação da cultura impressa como base central na construção da sociabilidade pública, inaugurada pela expansão do capitalismo e instituição do Estado burocrático pós-Revolução Gloriosa de 1688 (THORNE, 2001, p. 532). Embora as mulheres instruídas tivessem marcado posição como escritoras e leitoras nessa cultura literária impressa, não há como negar que essa inserção foi condicionada pela reprodução, na esfera pública, de normas femininas típicas do espaço doméstico dada às práticas textuais presentes nos periódicos literários e romances, os quais reduziam a mulher a sujeito e objeto do discurso público (OSELL, 2005, p. 286).

Nesse sentido, a construção literária desses gêneros nos ensina muito acerca da história das mulheres (MAURER, 1998, p. 10), pois revelam a experiência da constituição de uma visão de sujeito categorizado arraigado em atributos femininos usados para classificar a mulher não como um indivíduo por si só, mas como uma *persona* do gênero

---

\* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) com a pesquisa sobre a história da regulamentação do mercado de livros inglês no século 18, financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: soucime@gmail.com

feminino. Essa matriz discursiva também sinaliza a ruptura com outra experiência vivida por algumas mulheres no final do século 17. Nesse período, essas mulheres atuaram na cultura literária impressa de forma autônoma como agentes da produção e circulação livreira e autoras de petições e panfletos políticos e religiosos (MACDOWELL, 1998, p. 55-58). Elas se inseriram na cultura literária não como mulheres simplesmente, mas como súditas pertencentes a um coletivo que discutia medidas da autoridade política num fórum público discursivo.

A história da categorização da mulher como gênero feminino enquanto condição para atuação na arena pública literária inglesa, no século 18, tem sido objeto de análise dos especialistas em historiografia da literatura no que tange as seguintes questões: por que o indivíduo mulher se inseriu de modo feminizado na esfera pública da sociedade moderna do século 18? Por que sua atuação na cultura literária ficou condicionada à categoria social do gênero feminino? São questões pertinentes visto que a consolidação da cultura literária potencializava a publicização da mulher instruída como escritora ou leitora, oferecendo-lhe funções distintas das tradicionais circunscritas a seu espaço privado. Isso já tinha sido experimentado por algumas mulheres no século 17 durante o próprio desenvolvimento da cultura literária promovida pela tecnologia da impressão.

Uma vez que o principal caráter da tecnologia da impressão era a tendência pela expansão dada a sua capacidade de replicação e funcionamento contínuo, isso possibilitava a criação de gêneros literários como os panfletos, jornais, periódicos, baladas etc., e a abertura para uma maior atuação do indivíduo instruído e aspirante ao ofício da escrita (HALASZ, 1997, p. 26). E, de fato, isso ocorreu ao longo do século 17 a despeito de decretos e leis regulando a atuação na produção, escrita e distribuição de impressos com base no sistema de monopólio e censura.

A resposta que os estudiosos forneceram para as questões aponta para a existência de uma naturalização da associação entre mulheres e espaço privado e um contraste entre o ambiente doméstico restrito a elas e o espaço público dominado pelos homens (JONES, 2002, p. 5-6). Outra explicação demonstra o interesse dos homens pelas normas femininas como modo de recriar uma identidade masculina na nova sociedade mercantil e burguesa (MAURER, 1998, p. 1-5). No entanto, é possível aprofundar essa explicação, sem negar as análises já empreendidas, recorrendo à relação entre o discurso literário presente nos periódicos e nos romances e o seu papel no controle da discussão pública para a construção de uma esfera pública burguesa distinta daquela que emergia

no século 17. A finalidade era ratificar a recente sociedade comercial burguesa do século 18, traço moderno que estruturava as distintas formas de relações sociais.

O objetivo deste estudo é entender a razão de a mulher ter se inserido na esfera pública como autora e leitora sob uma identidade claramente categorizada pelo gênero feminino, no século 18. Para isso, analisaremos a relação entre a regulamentação política da Esfera Pública burguesa, desde a sua emergência no século 17 até a sua consolidação no século 18, e o papel da retórica dos periódicos literários e romances na normatização dessa esfera pública. A ideia é a de que a atuação das mulheres como um indivíduo agindo em um coletivo no final do século 17 esteve diretamente ligada à configuração da esfera pública da época, pois ainda não era inteiramente burguesa e masculina. Nesse período, essa esfera ainda era um esboço devido à instabilidade da autoridade política inglesa. Com isso, a cultura literária era formada pela impressão indiscriminada de panfletos contendo discussões acerca de temas religiosos e políticos produzidos por indivíduos e grupos sociais.

Essa acessibilidade, que beneficiou a autonomia da mulher na cultura literária, não foi possível no século 18, pois se tornou fundamental regulamentar um espaço público discursivo funcionando em consonância ao processo de consolidação da autoridade política, arraigado nas relações de trocas. A regulamentação da impressão em 1710 restringiu a produção, os agentes e participantes, bem como definiu conteúdos e potenciais públicos categorizados de mercado, no qual se inseriram as mulheres. Nesse processo, houve a diminuição de sua atuação como autoras de temas políticos e religiosos e a intensificação de sua participação em gêneros literários que contribuíram para a construção de uma esfera pública de caráter masculino e burguês.

Nesse período, mudanças estruturais — como a intensificação das trocas, do crédito e a disputa partidária (*Tory e Whig*) pela autoridade parlamentar — criaram uma sociabilidade distinta daquela tradicional baseada em relações verticais circunscritas a espaços privados geridos por regras e comportamentos bem definidos. Os espaços públicos como sítios de negociações, lazer e discussões permeados pela cultura da impressão tornaram-se preocupação do Estado interessado em regulamentá-los de modo a intensificar sua política de modernização. Nesse intento, reuniram-se alguns dos principais periódicos literários, cuja prosa apresentava a proposta de reforma comportamental pública, a *reformation of public manners*, com recomendações gerais sobre a vestimenta, conduta e discussões (COWAN, 2004, p. 348). Dentre estes,

destacam-se periódicos direcionados ao público feminino, cuja produção textual é marcada pela retórica da feminilidade que representava a mulher como classe.

Considerando os estudos disponíveis, buscaremos analisar as questões propostas com base em proposições teóricas de Brian Cowan e Christian Thorne e na investigação histórica de Paula McDowell. Os primeiros analisam a esfera pública como um fenômeno histórico construído para conter discussões politizadas, apontando o papel dos periódicos *Spectator* e *Tatler* na promoção da sociabilidade pautada na cultura polida com suas condutas moralizantes dentro da nova sociedade comercial. MacDowell complementa essa constatação, ao visualizar uma estetização da literatura, conforme os moldes dessa cultura polida, em periódicos e romances escritos por mulheres em detrimento de uma continuidade de escritos políticos e religiosos produzidos no século 17.

Com base nessa proposição, buscaremos compreender a inserção da mulher categorizada na cultura literária do século 18 como parte de um processo que abarca a própria construção da esfera pública burguesa e o papel assumido pela cultura literária em disseminar dentro dela uma sociabilidade pautada em condutas que visavam o controle social, sobretudo das mulheres fosse como leitoras ou autoras.

### **A MULHER E SUA IDENTIDADE COLETIVA NA EMERGENTE ESFERA PÚBLICA DO SÉCULO 17**

O processo revolucionário, iniciado nos anos de 1640, possibilitou o delineamento dos primeiros esboços para a emergência de uma esfera pública que se consolidaria como uma instituição de ordem ideológica burguesa, no século 18. A abolição da Câmara Estrelada pelo Longo Parlamento, em 1641, marcou o rompimento com o Estado absolutista. Este órgão era o principal instrumento legal de poder monárquico que legislava por meio de decretos, principalmente criando leis referentes à regulação da atividade impressora. O seu fim provocou a proliferação de materiais impressos que perdurou até a virada do século 18 a despeito da regulação da impressão com o *Ato de Licença de 1662* e suas posteriores renovações até 1695 (BURKE, 2009, p. 342-347).

Isso ampliou a formação de um público leitor e inseriu novos agentes atuando na produção de distintos gêneros literários (BLAGDEN, 1960, p. 147; PEREZ, 1984, v.2, p. 148). Entre estes, os panfletos foram os principais veículos de uma comunicação

política num público formado por indivíduos anônimos, escritores, leitores e impressores engajados no debate político. Esse fenômeno inaugurou uma discussão dialógica sobre temas políticos e religiosos que, até então, eram da ordem do segredo e privilégio restritos à esfera privada (ZARET, 2000, p. 133-134; 217). Esse fluxo interativo de informação impulsionou o desenvolvimento da cultura literária impressa por meio da qual algumas mulheres puderam atuar como impressoras, livreiras e escritoras de textos políticos e religiosos.

Nesse período, houve uma instabilidade na organização do comércio de impressos que se baseava no monopólio da corporação livreira de Londres, a *Stationers Company*, desde de 1557 (ROSE, 1993, p. 12). Essa corporação era amparada pelas leis de censura como forma de inibir a proliferação de textos sediciosos e de restringir a competição no setor (PATTERSON, 1968, p. 3-19). A estrutura produtiva ainda era familiar, localizada em casa ou em seus arredores com a participação dos membros familiares, o que possibilitava a algumas mulheres atuar como impressoras e livreiras, sobretudo em caso de herança conjugal (MACDOWELL, 1998, p. 297-298). Essas mulheres ocuparam funções de tipógrafas, realizando as tarefas de composição, gravação e revisão, ilustradoras, encadernadoras, editoras, vendedoras e autoras de textos teatrais, didáticos, poéticos e, sobretudo de políticos e religiosos. Elas aproveitaram a abertura possibilitada pela situação política e pela tecnologia da impressão para se expressarem publicamente, especialmente por meio de petições.

Segundo Crawford (1985, p. 169), cerca de seis a sete mil mulheres assinavam as petições enviadas ao Parlamento, colocando-se na defesa de líderes dos *Levellers* e questionando medidas políticas e religiosas. Desde 1641, elas escreveram sobre profecias, conselhos aos monarcas e sobre casamento, conforme o poema de Anne Finch que o qualifica como prisão. Muitas delas brigavam com seus cônjuges quando estes tentavam impedi-las de publicar. Em seus escritos, notamos um apelo à Casa dos Comuns pela leitura de suas reivindicações ao argumentarem que a despeito de serem mulheres, mereciam ser ouvidas tanto como os homens, pois ambos eram cristãos, cuja atividade política era um dever a Deus e à Igreja, bem como por partilharem liberdades do *Commonwealth* (CRAWFORD, 1985, p. 167-168).

MacDowell (1985, p. 291) fez um levantamento documental no qual aponta casos particulares de mulheres ligadas à impressão como Anne Docwra, Joan Whitrowe, Elinor James e Jane Lead que se destacaram como expressão pública feminina no debate

político e religioso do final do século 17. Elas se inseriram na esfera pública como realistas, protestantes e católicas, assumindo uma identidade social como indivíduo pertencente a um coletivo. Segundo MacDowell (1985, p. 181), os textos de Joan Withrowe e Jane Lead demonstram uma reflexão em torno da interioridade humana, qualificando-a como social e assexuada inserida em uma coletividade social e espiritual. A *Quacker* Anne Docwra exortou em seus panfletos pela tolerância religiosa, pelo resgate da Igreja conforme os primórdios da Reforma e questionou a prática da reunião exclusiva de homens na *Society of Friends*, discordando da atuação restrita das mulheres a obras de caridade (APETREI, 2010, p. 164-167). Elinor James foi uma impressora que atuou em diversos debates públicos, especificamente na discussão da nova regulamentação da impressão pós 1695 com o lapso do Ato de Licença de 1662 (MACDOWELL, 2007, p. 130-133).

Esses panfletos representam uma experiência de inserção autônoma da mulher na cultura literária desprovida da noção de um eu feminino moderno que se será construído como uma nova unidade imaginária na Esfera Pública burguesa do século 18.

### **A MULHER E SUA CATEGORIZAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA BURGUESA DO SÉCULO 18**

O debate em torno de uma nova regulação da impressão foi um dos reflexos pós Revolução Gloriosa de 1688, pois esta sinalizou a estabilização da autoridade política com um Parlamento legislando em torno das novas bases modernas da sociedade: o estímulo às trocas comerciais, o crédito como base de financiamento do Estado, a disputa bipartidária e o funcionamento de uma sociabilidade pautada pelas relações de trocas, principalmente de bens simbólicos. Nesse sentido, a regulamentação da impressão, ou seja, a *Lei de Copyright* de 1710, ao instituir um direito exclusivo de cópia ao autor que repassava ao editor por 14 anos renováveis de reprodução (*Statute of Anne, 1710*), restringia a produção nas mãos do capitalista editor que passava a decidir sobre o conteúdo e o tipo de público que lhe retornasse uma rentabilidade.

Essa lei foi uma medida para ajustar a impressão à nascente lógica capitalista e para conter a proliferação de impressos e a pirataria. No entanto, ela acabou restringindo a produção aos antigos monopolistas do setor que já detinham direitos exclusivos de publicação, os quais foram respeitados pela nova legislação. Foram eles os principais

agentes da impressão, dada a sua acumulação financeira decorrente dos anos em que a impressão esteve regulada com base no sistema de privilégios desde o final do século 15. Portanto, a atividade impressora deixava de ser familiar e passava a ser uma empresa concentrada no capitalista que direciona a produção de impressos à lógica das trocas comerciais (MACDOWELL, 1985, p. 112-113). Isso fez com que a mulher passasse de agente produtor no setor para público alvo de conteúdos femininos, de sujeito para objeto e assunto a ser consumido dentro da lógica de mercado de bens simbólicos, favorecendo a construção da noção de sua identidade categorizada na esfera pública.

A lei de *copyright* de 1710 foi um dos reflexos da agenda política e cultural do governo sob a constante disputa entre os partidos *Tory* e *Whig* (COWAN, 2004, p. 347). Seus interesses no conteúdo dos periódicos e jornais foram acentuados pelo crescente número de eleitores fragmentados por questões ideológicas e religiosas. O Ato Trienal de 1694 determinava a eleição a cada três anos, tornando-as mais frequentes de modo que entre 1695 e 1715 houve não menos que dez eleições (PLUMB, 1967, p.29). Dessa forma, o controle do eleitorado era essencial para a estabilidade política e passou a ser alvo da política de propaganda do Ministro do Tesouro Robert Harley<sup>1</sup> (DOWNIE, 1979, p. 2-3).

A partir de 1714, com o governo *Whig*, intensifica-se o estreitamento entre política e cultura na qual os periódicos *Spectator* e *Tatler*, de Joseph Addison e Richard Steele, se incumbiram de implementar um projeto de reforma social. Seu principal objetivo era a formação de uma sociabilidade pautada numa civilidade constituída nas relações comerciais reguladas pela ética da *politeness*, ou seja, a do cidadão polido, instruído, atuando no mercado de modo a ampliar e contribuir com a expansão da sua capacidade racional<sup>2</sup> (POCOCK, 1985, p. 237; BURTT, 2006, p. 140-151). A promoção dessa ideia expressa nos periódicos *Spectator* e *Tatler* foi interpretada por Jürgen Habermas como uma experiência de construção da esfera pública literária, servindo de base para a esfera pública inglesa funcionando politicamente (HABERMAS, 2003, p.75). De acordo com Habermas, essa sociabilidade promoveu uma discussão política racional

---

<sup>1</sup> Robert Harley foi um dos responsáveis na redação de um dos projetos de lei para a regulação da impressão conforme aponta o *Jornal da Casa dos Comuns*, v. 11, de 22 de novembro de 1695.

<sup>2</sup> Segundo Pocock, Daniel Defoe foi um dos principais ideólogos *Whig* na promoção da sociabilidade fundada no comércio. Sua justificativa pode ser ilustrada pelo panfleto *An essay on the regulation of the press* publicado em 1704 durante o debate sobre a regulação da impressão. Neste panfleto, destacou a necessidade de regular o comércio de impressos devido a sua importância na promoção da aprendizagem para “aperfeiçoar o mundo instruído, tornar o homem civilizado e aumentar o conhecimento.”

entre pessoas privadas transitando nos espaços públicos dos clubes e *coffee-houses* e constituindo um fórum de opinião pública como base para a expressão e legitimidade democráticas (HABERMAS, 2003, p. 75; COWAN, 2004, p. 345-346).

Entretanto, estudos históricos apontam discordâncias a essa visionada esfera pública conceituada por Habermas. No que tange ao seu caráter democrático, a crítica feminista demonstra que essa esfera se fundou na premissa da exclusão: as pessoas privadas tinham de ser proprietárias e educadas, ou seja, duas qualificações que excluía a maioria das mulheres (FERNALD, 2005, p. 161). Quanto à discussão política e racional, a análise da linguagem dos periódicos de Addison e Steele revela que se tratava de um fórum controlado pautado pelo consenso e não pelo debate público racional. Uma vez que a maioria dos periódicos da época era financiado por partidos políticos, *Spectator* e *Tatler* buscaram domar qualquer discussão criando um mundo dócil para a permanência das políticas *Whig* (COWAN, 2004, p.346 ; THORNE, 2001, p. 534).

Segundo MacDowell (1985, p. 293), esses periódicos atuaram para a masculinização e aburguesamento da esfera pública contribuindo para a despolitização da escrita, sobretudo das mulheres. Como fenômeno da nova interação social pública, dado o seu caráter de mesclar frequência de publicação estabelecendo diálogos com o leitor, os periódicos criaram uma retórica que mostravam modos de sujeitos públicos e paradigmas de condutas.

*The Female Tatler* (1709-1711), *Tatling Harlot* (1709), *Whisperer*, e *The Female Spectator* (1744-1746), inspirados na versão de Addison e Steele, foram periódicos direcionados ao público feminino assumindo um papel na disseminação da ideia de gênero por meio de suas normas culturais femininas. A marca desses periódicos, presente também nos romances, era a retórica da feminilidade que caracterizava um texto como sendo escrito por mulher e dirigido às mulheres. Segundo Osell (2005, p. 283), a retórica da feminilidade aparecia em conjunto com a metáfora da família com a finalidade de explorar a mulher como um tipo social categorizado e sua extensão como sexo feminino nas discussões sobre esfera privada e pública, sobre a sua privacidade e publicidade. Dessa forma, sinalizava a representação da mulher muito mais como uma classe do que como escritoras ou autoras.

Seus principais dispositivos retóricos eram o uso de espectros femininos, autores ou autoras fantasmas, narrando a estória com uma personagem feminina pertencente a uma família aristocrática discutindo questões ligadas à publicidade da mulher no espaço



público. Essa forma discursiva sinaliza a distinção dos corpos de pessoas, conforme seus atributos, e atuação na esfera pública, atrelados à sólida estrutura familiar com a subordinação patriarcal (OSELL, 2005, p. 284-2486). As personagens estavam associadas a qualidades do gênero feminino como sensibilidade, delicadeza e promotora de consenso a fim de associar a sua identidade privada à reputação pública, sinalizando que a publicidade da mulher era benéfica socialmente desde que ela se apresentasse no espaço público dotada desses atributos. Essa forma discursiva buscava naturalizar a associação da mulher com o espaço doméstico, bem como a sua própria categorização no espaço público dominado pelo negociador, político, escritor, local onde ela passou a frequentar, sobretudo como autora (JONES, 2002, p. 5-6).

A ideologia da feminilidade também esteve presente nos romances escritos por mulheres, os quais se tornaram o gênero identificador da escrita feminina (TODD, 1989, p. 36-51). Na crítica à esfera pública burguesa constituída pela proliferação de novos gêneros literários, os satíricos *Tories* Jonathan Swift e Alexander Pope apontaram a ausência de um padrão de conhecimento que atestasse a sua autoridade, considerando o romance como um gênero que perturbava a hierarquia de classificações clássicas. Para eles, era um sintoma da expansão do mercado que incorporou a literatura nas trocas como bens simbólicos (THORNE, 2001, p. 534-537; PORTELA, 2003, p. 123-125).

Cada vez mais, mulheres provenientes das camadas médias se profissionalizavam como autoras por motivo pecuniário, o que causava uma dependência a editores interessados na produção de romances como um gênero rentável de mercado direcionado ao público feminino. A marca da linguagem feminina no romance, no qual imprimia a experiência doméstica das mulheres com normas estritas definidoras da feminilidade, era um dos critérios de crítica para qualificar uma mulher como autora, exigindo a equivalência de sua vida privada ao conteúdo de suas obras que reforçava noções restritas de feminilidade (TODD, 1989, p. 126-127).

Há adesão à ideologia da feminilidade pode ser vista em diários e correspondências de mulheres da aristocracia. Klein (1995, p. 102) aponta nas cartas da jovem Lady Mary Pierrepont uma subjetividade interpelada pelos discursos hegemônicos da obediência passiva. Autoras como Elisa Haywood reforçava essa conduta ao escrever no *The Female Spectator* de 1744 que “a observância das obrigações permite ao amor tornar-se uma virtude” (PORTELA, 2003, p. 247).

Em suma, a inserção da mulher na cultura literária da época foi condicionada pelo fator lucrativo e ideológico do mercado regulamentado de acordo com os moldes da esfera pública burguesa do século 18. Assim, ela entra na esfera pública de forma paradoxal: ao mesmo tempo em que adentra o espaço público para profissionalizar-se ou instruir-se, ela se insere monitorada pelas normas e condutas do espaço privado que ela própria é forçada a recriar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os periódicos e os romances não foram apenas novos gêneros literários engendrados pelo desenvolvimento da impressão, eles foram fenômenos sociais participativos na construção da esfera pública burguesa, na Inglaterra do século 18. Como mercadorias simbólicas das novas relações de trocas, eles veicularam normas de comportamento disseminando a noção de papel social dos indivíduos na sociedade moderna inglesa. Essa função refletia a disputa política pelo controle do consumo cultural a fim de dominar o próprio corpo social e o modo de sua interação numa esfera pública classificando-o em tipos sociais (MACDOWELL, 1985, p. 289). Isso pode ser constatado nos periódicos e romances escritos por mulheres e direcionados ao público feminino, cuja retórica da feminilidade definia os atributos que intensificavam a categorização da mulher como gênero feminino também no espaço público de interação social.

A construção da esfera pública burguesa de acordo com classificação social e de gênero legitimou a sujeição das mulheres aos padrões sociais vigentes no espaço doméstico, os quais foram reproduzidos no espaço público por meio do discurso literário. Essa estetização da literatura categorizada por meio da retórica da feminilidade foi uma construção ideológica que serviu de base para a noção moderna do eu-feminino arraigada em atributos típicos da sociedade tradicional. Da noção de eu feminino atuando sob uma identidade coletiva num espaço público discursivo político e religioso do século 17, a mulher emergiu como um indivíduo classificado do sexo feminino na moderna sociedade inglesa do século 18.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APETREI, Sara L. T. *Women, feminism and religion in the early enlightenment England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. (Col. Cambridge Studies in Early Modern British History)

BLAGDEN, Cyprian. *Stationers' Company: a history 1403-1959*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

BURKE, Peter. *Popular culture in early modern Europe*. 3. ed. New York: Ashgate, 2009.

BURTT, Shelley. *Virtue transformed: political argument in England 1688-1740*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

COWAN, Brian, Mr. Spectator and the coffeehouse public sphere. In: *Eighteenth-Century Studies*, Critical Networks, v. 37, n. 3, p. 345-366, 2004.

CRAWFORD, Patricia. Women's published writing 1600-1700. In: PRIOR, Mary (Org.). *Women in English Society 1500-1800*. London: Routledge, 1985.

DOWNIE, J. A. *Robert Harley and the press: propaganda and public opinion in the age of Swift and Defoe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

FERNALD, Anne E. A feminist public sphere? Virginia Woolf's revisions of the Eighteenth Century. In: *Feminist Studies*, v. 31, n. 1, p. 158-182, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública burguesa: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003.

HALASZ, Alexandra. *The marketplace of print: pamphlets and the public sphere in the early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

JONES, Vivien. *Women in the Eighteenth Century: Constructions of Femininity*. Taylor & Francis, 2002.

KLEIN, Lawrence. E. Gender and the Public/Private Distinction in the Eighteenth Century: Some Questions about Evidence and Analytic Procedure. In: *Eighteenth-Century Studies*, The public and the nation, v. 29, n. 1, p. 97-109, 1995.

MACDOWELL, Paula. *The women of Grub Street: press, politics, and gender in the London literary market place, 1678-1730*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

\_\_\_\_\_. On the behalf of the printers: a late Stuart printer-author and her cases. In: BARON, S.A.; LINDQUIST, E.N.; SHEVLIN, E.F. *Agent of change: print culture studies after Elizabeth L. Eisenstein*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 2007.

MAURER, Shawn L. *Proposing men: dialectics of gender and class in the eighteenth century English periodical*. California: Stanford University Press, 1998.

OSELL, Tedra. Tatling Women in the Public Sphere: Rhetorical Femininity and the English Essay Periodical. In: *Eighteenth-Century Studies*, v. 38, n. 2, p. 283-300, 2005.

PATTERSON, L. R. Copyright in historical perspective. Nashville: Vanderbilt University, 1968.

PEREZ, Zagorin *Rebels & rulers 1500-1660*. Provincial rebelian. Revolutionary civil wars 1560-1660. 2 v. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, v. 2.

PLUMB, J. H. *The growth of political stability in England 1675-1725*. London: Macmillian Press LTD, 1967.

POCOCK, J.G.A. *Virtue, commerce and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. New York: Cambridge University Press, 1985.

PORTELA, M. *O Comércio da Literatura: mercado & representação*. Lisboa: Antígona, 2003.

ROSE, Mark. Authors and owners: the invention of copyright. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993.

TODD, Janet. *The sign f Angellica: women, writing and fiction 1660-1800*. London: Virago Press, 1989.

THORNE, Christian. Thumbing our nose at the Public Sphere: satire, the market, and the invention of literature. In: *The Modern Language Association of America, PMLA*, v. 116, n. 3, p. 531-544, 2001.

ZARET, David. *Origins of democratic culture*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

#### Fontes documentais

#### British History Online

Site: [www.britishhistory.ac.uk](http://www.britishhistory.ac.uk).

*House of Commons' Journal*, v. 11, 22 Novembro 1695.

#### Projeto Primary Sources on Copyright (1450-1900)

Site: [www.copyrighthistory.org](http://www.copyrighthistory.org)

*An essay on the regulation of the press, 1704.*

*Statute of Anne, 1710.*

